

Relatório do evento

Diálogos em Controle Social



2ª Edição
2020

Brasília, 30 de outubro de 2020

RELATÓRIO DO EVENTO DIÁLOGOS EM CONTROLE SOCIAL

Apresentação

A Controladoria-Geral da União (CGU) realizou, no período de setembro a outubro de 2020, a segunda edição do evento Diálogos em Controle Social foi realizado pela. O objetivo foi reunir instituições da sociedade civil que trabalham com o controle social para propiciar a troca de experiências entre as organizações, possibilitando o seu fortalecimento e sua capacidade de atuar em seus campos específicos de trabalho.

Em razão da epidemia de covid-19, tornou-se inviável desenvolver o evento de forma presencial. Assim, o Diálogos em Controle Social ocorreu em sua versão virtual.

No total, foram três atividades (*lives*) com as seguintes temáticas:

- Dados abertos e aprimoramento de políticas públicas;
- Monitoramento da Lei de Acesso à Informação;
- Ações de Segurança Alimentar e Nutricional: Estado e Sociedade.

A realização deste evento assume importância primordial para a CGU por tratar de temas ligados à participação e ao controle social, de interesse direto da sociedade, contribuindo para o fortalecimento da democracia brasileira.

RELATÓRIO DO EVENTO DIÁLOGOS EM CONTROLE SOCIAL

Síntese das *Lives*

- *Live:* Dados abertos e aprimoramento de políticas públicas:

Data: 16/09

Hora: 14h30min às 16h

Convidados:

Carmela Zigoni – Assessora Jurídica do INESC

Fernanda Campagnucci – CEO da Open Knowledge Brasil

Gabriel Zanlorenssi – Cientista de dados do Nexo Jornal

Otávio Moreira de Castro Neves – Mediador - Diretor de Transparência e Controle Social (DTC/STPC/CGU).

Carmela Zigoni, assessora jurídica do INESC, teve sua fala centrada na importância das ações de transparência para a participação cidadã e da Lei de Acesso à Informação para consolidar o direito constitucional de acesso à informação. Explicou também que o INESC utiliza dados abertos para monitorar gastos públicos com saúde, por meio do relatório Brasil Com Baixa Imunidade, que é um documento realizado com base nos dados do Portal Siga Brasil. Mais especificamente, afirmou também que a entidade tem monitorado ações relativas à saúde indígena, de quilombolas e de mulheres.

Gabriel Zanlorenssi, do Nexo Jornal, explicou que o trabalho da organização é analisar determinada notícia e explicar o porquê de ela ser um acontecimento importante. Afirmou também que a entidade usa muitos dados públicos em suas atividades - como exemplo citou o levantamento recente que fizeram do número de brasileiros filiados a partidos políticos.

Fernanda Campagnucci, da Open Knowledge Brasil, afirmou que para acompanhar as políticas públicas é necessário ir além da execução orçamentária. Destacou a importância da Lei de Acesso à Informação para a promoção das transparências ativa e passiva. Destaca a importância de existirem planos de dados abertos e catálogos de dados abertos, que o governo federal possui, mas que estados e municípios predominantemente ainda não possuem.

RELATÓRIO DO EVENTO DIÁLOGOS EM CONTROLE SOCIAL

Os três convidados concordaram sobre a necessidade de dados abertos para a prática do controle social. Além disso, os palestrantes destacaram o quanto é importante a parceria entre o Estado e as organizações da sociedade civil para permitir que a participação social ocorra de maneira mais efetiva.

- *Live: Monitoramento da Lei de Acesso à Informação*

Data: 07/10

Hora: 14h30min às 16h. Convidados:

Gregory Michener – Associate Professor da Fundação Getúlio Vargas (FVG)

Júlia Rocha – Assessora do Programa de Acesso à Informação da Artigo 19

Marcelo Vidal – Coordenador-Geral de Governo Aberto e Transparência da Controladoria-Geral da União

Adenisio Alvaro Oliveira – Mediador. Coordenador-geral de Cooperação Federativa e Controle Social (CFECS/STPC/CGU).

Gregory Michener declarou que a FGV tem reunido dados públicos e privados para monitorar a implementação da Lei de Acesso à Informação (LAI). Acredita que o nível de adesão à LAI varia bastante de um ente federativo para o outro e também entre os poderes do governo federal. A instituição tem feito uma pesquisa para apontar o nível de descumprimento não devido da LAI. Afirmou que em 2020, em um cenário de pandemia, o número de pedidos aumentou e o tempo em que a resposta foi dada diminuiu.

Júlia Rocha, assessora da Artigo 19, afirmou que a organização realiza um diagnóstico da implementação da LAI em âmbito nacional e estadual. Observa que a transparência é essencial e que o sigilo deve ser a exceção e não a regra. Para ela, nos últimos tempos houve um retrocesso no caso de alguns tipos de informações que eram públicas, como a lista de beneficiados pela lei de anistia, que não é mais pública. Em seu ponto de vista, a implementação da LAI é difícil porque o País é grande e porque falta treinamento para os servidores públicos.

Marcelo Vidal destacou que o monitoramento do cumprimento da LAI pela CGU se dá apenas no âmbito federal. Os mecanismos que a CGU usa para esse monitoramento são públicos, com o objetivo de que a sociedade também possa auxiliar nesse monitoramento. O painel de acesso à informação e o FalaBR são duas das ferramentas

RELATÓRIO DO EVENTO DIÁLOGOS EM CONTROLE SOCIAL

utilizadas pela CGU para monitorar a implementação da referida lei. A CGU se esforça para que não haja omissão em relação aos pedidos e, para tanto, faz um trabalho direto com todos os órgãos da administração pública federal. Além disso, para saber sobre a satisfação do cidadão que faz um pedido, a cada pedido de acesso à informação o cidadão é convidado a dar uma nota para sua satisfação. De 0 a 5, atualmente, a nota média é de 3,65.

Todos os palestrantes concordaram sobre a importância da Lei de Acesso à Informação para a transparência dos atos governamentais. Ficou claro, porém, que ainda é preciso um esforço conjunto, entre Estado e sociedade, para que a LAI possa se disseminar cada vez mais e que os cidadãos possam, crescentemente, fazer uso dela para a prática do controle social.

- *Live: Ações de Segurança Alimentar e Nutricional: Estado e Sociedade*

Data: 21/10

Hora: 14h30 às 16h. Convidados:

Ana Cristina Corrêa Guedes Barros – Gerente de Assistência do Departamento Nacional do SESC, atua diretamente junto ao Programa Mesa Brasil.

Jean Pierre Tertuliano Câmara – Presidente do Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional do Rio Grande do Norte (Consea-RN), coordenador da Comissão de presidentes de CONSEAs Estaduais e gerente de projetos sociais do projeto Sisan Universidades.

Flávio Dornas: Cozinheiro e coordenador do Fórum de Cultura Alimentar e Gastronomia de Belo Horizonte (MG).

Elcio de Souza Magalhães – Coordenador-Geral de Apoio aos Sistemas Públicos Agroalimentares Locais, do Departamento de Estruturação de Equipamentos Públicos, da Secretaria Nacional de Inclusão Social e Produtiva do Ministério da Cidadania.

Otávio Moreira de Castro Neves – Mediador. Diretor de Transparência e Controle Social (DTC/STPC/CGU).

Ana Cristina Corrêa Guedes Barros afirmou que o controle social deve ser abordado como um diálogo entre sociedade e governo sobre políticas públicas. Aborda o Programa Mesa Brasil, que tem como foco o fim do desperdício e a segurança alimentar. O Mesa Brasil forma rede de doadores que são produtores rurais, grandes empresários, sociedade e instituições, como abrigos, que recebem pessoas.

RELATÓRIO DO EVENTO DIÁLOGOS EM CONTROLE SOCIAL

Jean Pierre Tertuliano Câmara ressaltou que o direito à alimentação está na Constituição Federal: municípios e estados precisam prover a alimentação a todos os cidadãos, por meio da efetivação de um sistema que foi construído com ampla participação social. A Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) de 2017-2018 avaliou que 36,7% de famílias vivem em insegurança alimentar. Pontua que embora o Conselho Nacional tenha sido extinto em 2019, os conselhos continuam atuando em nível municipal e estadual.

Flávio Dornas destacou que, como cozinheiro, foi recente sua descoberta acerca das instâncias de participação social ligadas à segurança alimentar. Na cidade de Belo Horizonte, participou ativamente da construção do plano de gastronomia do Estado – que foi o primeiro no Brasil a ter esse tipo de plano. O Fórum de Cultura Alimentar e Gastronomia de Belo Horizonte tem como desafio ampliar as discussões, trazendo mais pessoas para participarem de suas atividades. Muitas pessoas desconhecem essa possibilidade de participação, seja nos conselhos, seja nos fóruns. Realizaram as reuniões do fórum de maneira itinerante na cidade e com isso foi possível levar esse diálogo a vários pontos da cidade de Belo Horizonte. É essencial integrar cada vez mais pessoas da sociedade nesse debate da segurança alimentar. É necessário saber que sem cultura alimentar não há segurança alimentar. Participar das instâncias de construção de políticas públicas ainda é algo muito distante para algumas pessoas. Importa atuar na coletividade e abrir o debate, reconhecendo que há um grande caminho a ser percorrido.

Élcio de Souza Magalhães informou que o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional foi criado em lei em 2006 e é um sistema de política pública, responsável pela garantia ao direito humano por uma alimentação adequada. A segurança alimentar é um assunto transversal e passa por temas como agricultura, cultura, educação, produção, indústria, renda, cidadania e economia. Tem a perspectiva de integrar governos federal, estadual e municipal e promover a participação social. Seu objetivo é planejar e promover políticas públicas de segurança alimentar. Desafios: necessidade de ampliar a adesão dos municípios ao SISAN (Sistema Nacional de Segurança Nutricional e Alimentar), fortalecer o SISAN nos estados, reestruturação da CAISAN (Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional), fortalecer as políticas públicas que já existem, construir novas estratégias que deem conta da realidade brasileira.

Os palestrantes evidenciaram que o tema da segurança alimentar e nutricional é muito caro à sociedade brasileira, mas nem sempre recebe a atenção merecida. Trata-se de um tema transversal e que atinge a todos como coletividade, por isso precisa ser colocado na ordem do dia, de forma que o Estado o trate com a relevância que tem e, junto com as organizações da sociedade civil, possa debater os temas afetos à área e implementar políticas públicas correlatas.

RELATÓRIO DO EVENTO DIÁLOGOS EM CONTROLE SOCIAL

Resultados

Mais de 600 pessoas se inscreveram para participar do evento Diálogos em Controle Social em 2020. Os especialistas convidados de cada tema se mostraram profundamente capazes de debater detalhadamente cada um dos assuntos que foram propostos. Houve participação efetiva das pessoas que acompanharam a *live*, visto que elas puderam interagir com os palestrantes por meio da formulação de perguntas a eles dirigidas. Nesse sentido, pode-se afirmar que o debate proporcionado pelo evento foi profícuo.

Os temas tratados nas três *lives* são muito relevantes para a sociedade brasileira do ponto de vista do controle social e os participantes, tanto palestrantes quanto expectadores propuseram novos assuntos a serem abordados, seja em eventos virtuais ou em estudos, aprimoramentos de sistemas, e até em proposições normativas. Destaca-se que os eventos foram gravados e estão publicados nas plataformas Teams e Youtube, o que permitirá que alcance ainda mais pessoas interessadas na temática.

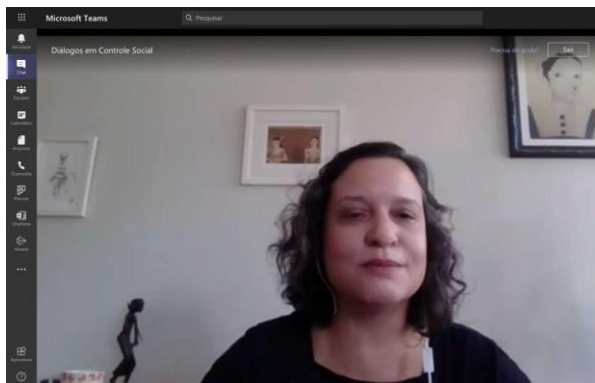
Em suma, o Diálogos em Controle Social materializou, mais uma vez, a vocação da CGU como órgão indutor da participação social e propulsor do controle social da execução e do monitoramento das políticas públicas.

RELATÓRIO DO EVENTO DIÁLOGOS EM CONTROLE SOCIAL

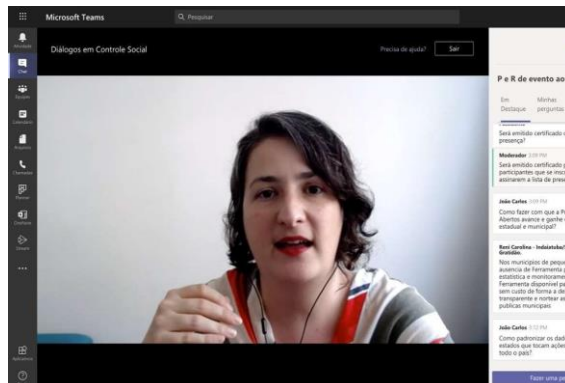
Anexos

Registro fotográfico

Live 1 – Dados Abertos e o aprimoramento das políticas públicas



Carmela Zigoni – Assessora Jurídica do INESC



Fernanda Campagnucci – CEO da Open Knowledge Brasil



Gabriel Zanlorenssi – Cientista de dados do Nexa Jornal



Otávio Moreira de Castro Neves – Mediador (CGU)

RELATÓRIO DO EVENTO DIÁLOGOS EM CONTROLE SOCIAL

Live 2 - Monitoramento da Lei de Acesso à Informação



Júlia Rocha – Assessora do Programa de Acesso à Informação da Artigo 19



Gregory Michener – Associate Professor da Fundação Getúlio Vargas (FVG)



Marcelo Vidal – Coordenador-Geral de Governo Aberto e Transparência da Controladoria-Geral da União



Adenisio Alvaro Oliveira – Mediador (CGU)

RELATÓRIO DO EVENTO DIÁLOGOS EM CONTROLE SOCIAL

Live 3 - Ações de Segurança Alimentar e Nutricional: Estado e Sociedade.



Flávio Dornas: Cozinheiro e coordenador do Fórum de Cultura Alimentar e Gastronomia de Belo Horizonte (MG).



Jean Pierre Tertuliano Câmara – Presidente do Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional do Rio Grande do Norte (Consea-RN), coordenador da Comissão de presidentes de CONSEAs Estaduais e gerente de projetos sociais do projeto Sisan Universidades.



Ana Cristina Corrêa Guedes Barros – Gerente de Assistência do Departamento Nacional do SESC, atua diretamente junto ao Programa Mesa Brasil



Elcio de Souza Magalhães – Coordenador-Geral de Apoio aos Sistemas Públicos Agroalimentares Locais, do Departamento de Estruturação de Equipamentos Públicos, da Secretaria Nacional de Inclusão Social e Produtiva do Ministério da Cidadania.



Otávio Moreira de Castro Neves – Mediador. (CGU)

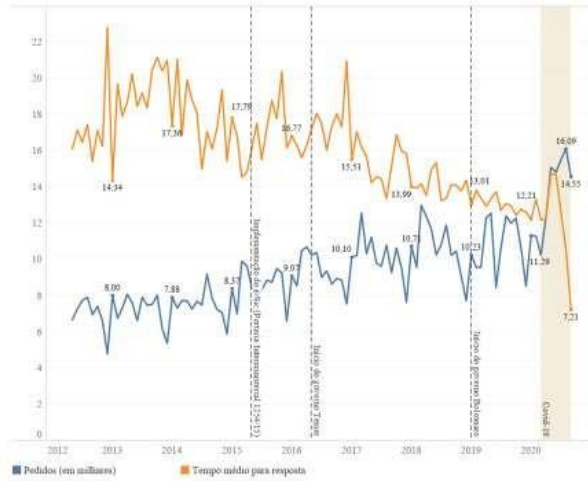
RELATÓRIO DO EVENTO DIÁLOGOS EM CONTROLE SOCIAL

Anexos

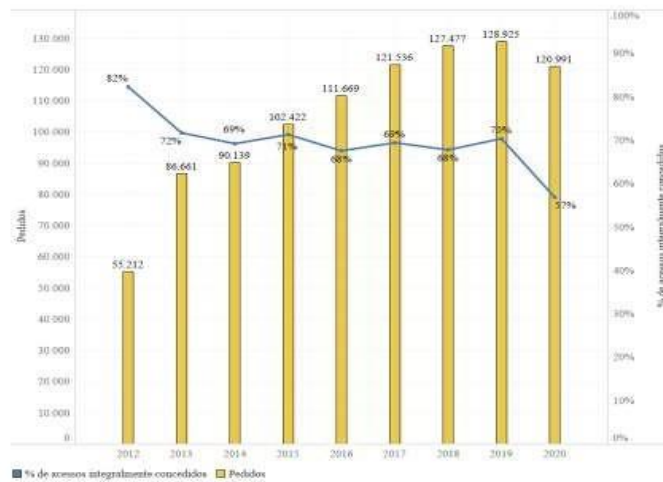
Apresentações de Power Point

Live 2 - Monitoramento da Lei de Acesso à Informação – Gregory Michener

Pedidos x tempo médio para resposta (mensal)

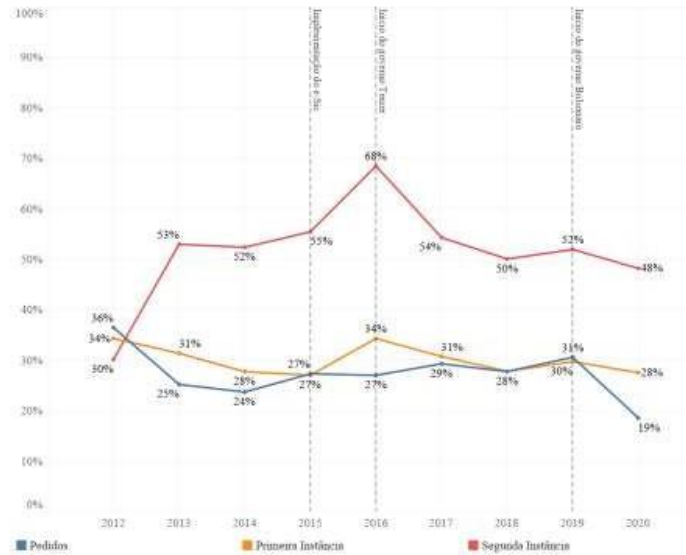


Pedidos integralmente concedidos

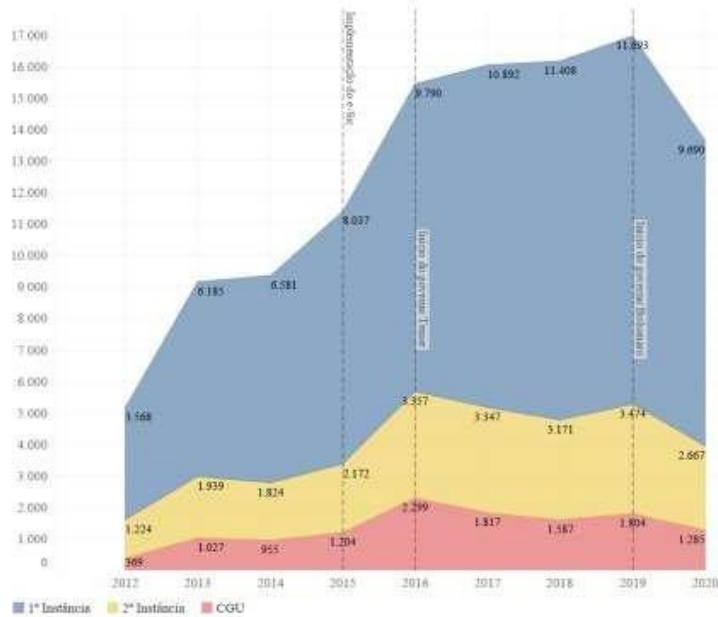


RELATÓRIO DO EVENTO DIÁLOGOS EM CONTROLE SOCIAL

Percentual de pedidos negados que são recorridos (por instância)

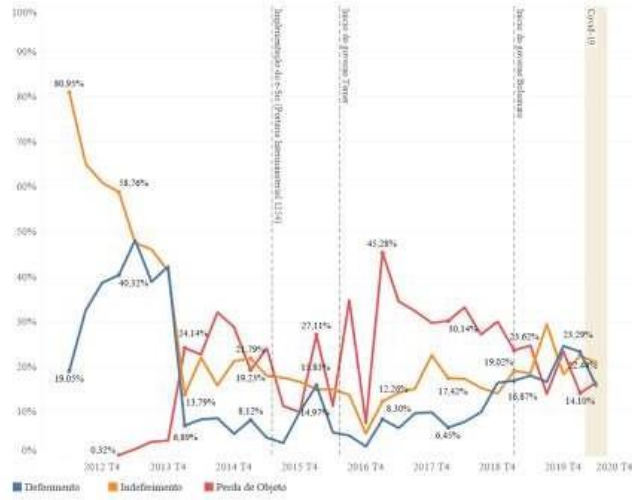


Recursos de acesso à informação

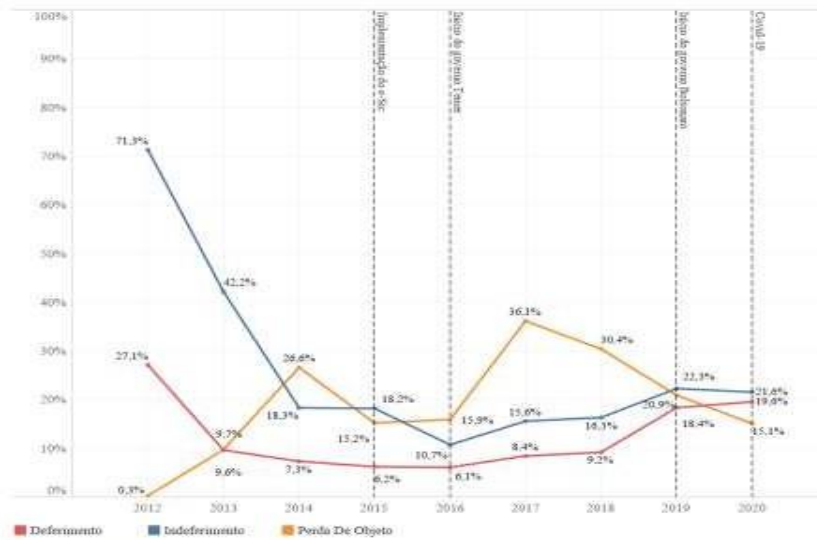


RELATÓRIO DO EVENTO DIÁLOGOS EM CONTROLE SOCIAL

Respostas aos recursos na CGU (trimestral)



Respostas aos recursos na CGU



RELATÓRIO DO EVENTO DIÁLOGOS EM CONTROLE SOCIAL

Live 2 - Monitoramento da Lei de Acesso à Informação – Marcelo Vidal



DIÁLOGOS em **Controle Social**
via plataforma Teams

MONITORAMENTO DA LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO

MARCELO VIDAL
Outubro/2020

 Acesso à Informação

 CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO

 PÁTRIA AMADA BRASIL



FERRAMENTAS DE MONITORAMENTO

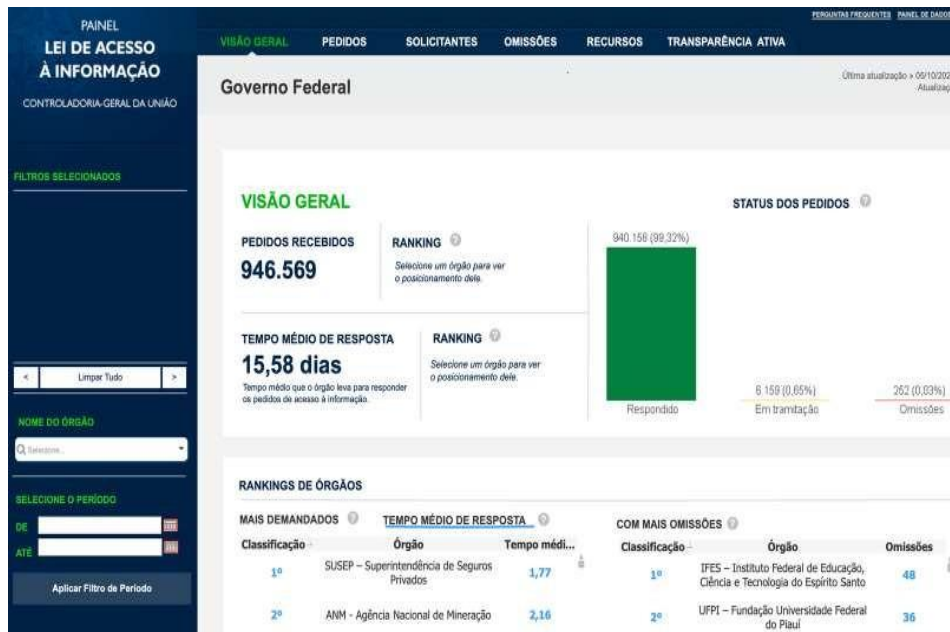
 Acesso à Informação

 CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO

 PÁTRIA AMADA BRASIL

RELATÓRIO DO EVENTO DIÁLOGOS EM CONTROLE SOCIAL

1. Transparência Passiva
2. Transparência Ativa




RELATÓRIO DO EVENTO DIÁLOGOS EM CONTROLE SOCIAL

The image shows two screenshots from the CGU (Controladoria-Geral da União) website. The top screenshot is a dashboard with a grid of icons for 'Tratar Manifestações', 'Tratar Recursos LAI', 'Configurações', 'Meu Usuário', 'Encaminhamentos de Manifestações', 'Resposta às Pesquisas de Satisfação', and 'Suporte Técnico do Sistema'. To the right is a sidebar menu with categories: 'Fora do Prazo' (0 Manifestações LAI, 0 Recursos LAI, 0 Manifestações de Ouvidoria, 0 Denúncias, 0 Simplifique), 'Expira Hoje' (0 Manifestações LAI, 0 Recursos LAI, 3 Manifestações de Ouvidoria, 0 Denúncias, 0 Simplifique), 'No prazo' (90 Manifestações LAI, 0 Recursos LAI, 226 Manifestações de Ouvidoria, 208 Denúncias, 268 Comunicações, 0 Simplifique), 'Aguardando Cumprimento de Decisão' (CGU: 0, CMB: 0), and 'Transparência Ativa' (Cumprir: 49, Cumprir parcialmente: 0, Não cumprir: 0).

The bottom screenshot shows the 'Acesso à Informação' page. It features a search bar and a main heading '1. Informe Semanal - LAI Estado de Calamidade Pública'. The text explains that the CGU publishes weekly reports on the Law of Access to Information (LAI) in the Executive Branch, aiming for transparency and social statistics. It mentions that comparisons are based on periods before and after Decree Legislative nº 6/2020, published on March 20, 2020. The page lists links for the weekly report (dated 25/08/2020), a planilha Gráficos, and extractions of responded requests. It also lists previous weekly reports from 14/08/2020 to 02/05/2020.

<https://www.gov.br/acessoainformacao/>



Guia
Guia de Transparência Ativa (GTA) para os
órgãos e entidades do Poder Executivo Federal

<https://www.gov.br/acessoainformacao/>

Acesso à Informação

CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO

PÁTRIA AMADA
BRASIL
ESTADOS UNIDOS

TRANSPARÊNCIA PASSIVA

- Omissões
- Qualidade da Resposta - QualiLAI
- LAI – Estado de Calamidade Pública

Acesso à Informação

CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO

PÁTRIA AMADA
BRASIL
ESTADOS UNIDOS

RELATÓRIO DO EVENTO DIÁLOGOS EM CONTROLE SOCIAL

TRANSPARÊNCIA PASSIVA - Omissões



<https://www.gov.br/acessoainformacao/>



TRANSPARÊNCIA PASSIVA - Omissões

OMISSÕES

TOTAL DE OMISSÕES

334

RANKING

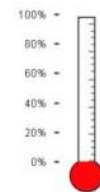
Selecione um órgão para ver o posicionamento dele.

HÁ QUANTOS DIAS O ÓRGÃO ESTÁ CUMPRINDO TOTALMENTE OS PRAZOS

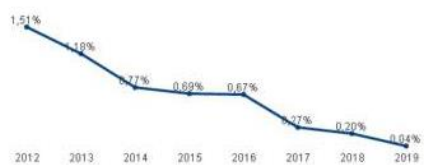
Selecione um órgão para ver esta informação.

NÍVEL DE OMISSÕES

0,03%



EVOLUÇÃO DE OMISSÕES



<https://www.paineis.cgu.gov.br/lai>



RELATÓRIO DO EVENTO DIÁLOGOS EM CONTROLE SOCIAL



TRANSPARÊNCIA PASSIVA - QualiLAI

1. Aspectos qualitativos das respostas;
2. Qualidade do preenchimento do sistema eletrônico;



TRANSPARÊNCIA PASSIVA - QualiLAI

QualiLAI 2019				
Órgãos	Relatório da CGU	Devolutiva	Verificação da implementação	Arquivos Abertos
Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL	Relatório	Devolutiva	Gráfico	Relatório
	Ofício		Tabela Resumo	Resumo
Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA	Relatório	Devolutiva	Gráfico	Relatório
	Ofício		Tabela Resumo	Resumo
Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ	Relatório	Devolutiva	Gráfico	Relatório
	Ofício		Tabela Resumo	Resumo



RELATÓRIO DO EVENTO DIÁLOGOS EM CONTROLE SOCIAL

TRANSPARÊNCIA PASSIVA - QualiLAI

Demonstrativo da Verificação da Implementação

Na tabela abaixo é possível conhecer o resultado da avaliação da CGU referente à efetividade das providências tomadas pelo órgão em relação aos tópicos que foram, inicialmente, considerados "insatisfatórios". É possível, portanto, verificar se ação do órgão modificou, de fato, a realidade anterior.

Foram considerados "satisfatórios" os tópicos em que a providência foi efetiva; por outro lado; "insatisfatórios" os tópicos em que as orientações não tiveram efeito ou tiveram efeito parcial.

1.1. Responsável pela Resposta	<p style="writing-mode: vertical-rl; transform: rotate(180deg);">INSATISFATÓRIO</p> <p>No campo 'Responsável pela resposta', deve ser informado o cargo do servidor e a área na qual está lotado ou apenas o nome da área técnica que produziu a resposta (Ex: Servidor da Coordenação Geral de Governo Aberto e Transparência ou Diretoria de Transparência e Controle Social). Como responsável pela resposta deve constar o Serviço de Informação ao cidadão (SIC) apenas nos casos em que efetivamente a resposta foi dada pelo SIC. O uso de siglas deve ser evitado, devendo a entidade escrever por extenso o nome das áreas.</p>	<p>Atendidas. Foram implementados ajustes nas rotinas e procedimentos internos para adequar o tratamento das demandas registradas no Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão (e-SIC) às orientações.</p> <p style="writing-mode: vertical-rl; transform: rotate(180deg);">SATISFATÓRIO</p>
--------------------------------	--	---



TRANSPARÊNCIA PASSIVA - QualiLAI



RELATÓRIO DO EVENTO DIÁLOGOS EM CONTROLE SOCIAL

TRANSPARÊNCIA PASSIVA - QualiLAI



TRANSPARÊNCIA PASSIVA - QualiLAI



TRANSPARÊNCIA PASSIVA - Estado de Calamidade Pública

1. Qualidade das resposta ofertadas
2. Qualidade do preenchimento do sistema eletrônico;



Acesso à
Informação

CONTROLADORIA-GERAL
DA UNIÃO



PÁTRIA AMADA
BRASIL

TRANSPARÊNCIA PASSIVA - Estado de Calamidade Pública

Boletim específico dos pedidos de acesso à informação realizados durante o período de pandemia.



Acesso à
Informação

CONTROLADORIA-GERAL
DA UNIÃO



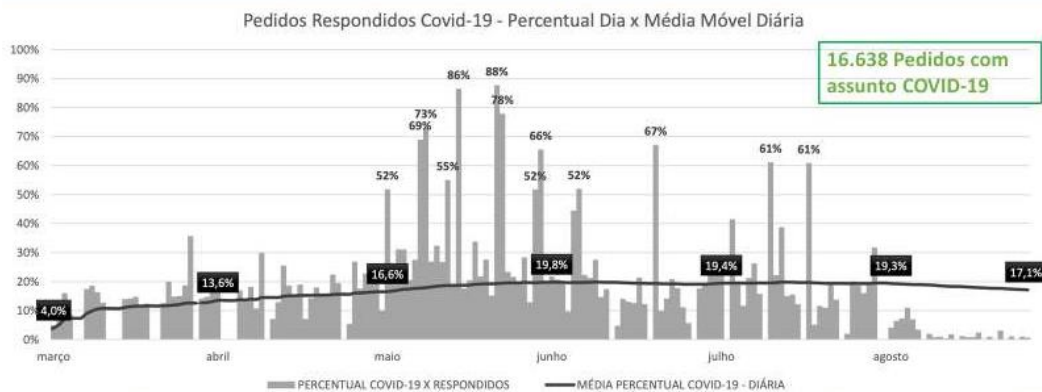
PÁTRIA AMADA
BRASIL

RELATÓRIO DO EVENTO DIÁLOGOS EM CONTROLE SOCIAL

TRANSPARÊNCIA PASSIVA - Estado de Calamidade Pública



TRANSPARÊNCIA PASSIVA - Estado de Calamidade Pública



RELATÓRIO DO EVENTO DIÁLOGOS EM CONTROLE SOCIAL

TRANSPARÊNCIA PASSIVA - Estado de Calamidade Pública



TRANSPARÊNCIA PASSIVA - Estado de Calamidade Pública



TRANSPARÊNCIA PASSIVA - Estado de Calamidade Pública



CONTROLADORIA-GERAL
DA UNIÃO



TRANSPARÊNCIA ATIVA

- Avaliação do cumprimento das obrigações de TA;
- Avaliação do preenchimento do sistema eletrônico de informação









CONTROLADORIA-GERAL
DA UNIÃO



RELATÓRIO DO EVENTO DIÁLOGOS EM CONTROLE SOCIAL

METODOLOGIA DA AVALIAÇÃO DE T.A.

OBJETIVO	Avaliar o cumprimento das obrigações de Transparência Ativa pelos órgãos e entidades do Poder Executivo Federal, analisando a conformidade das informações prestadas por eles no Sistema de Transparência Ativa (STA).
ABORDAGEM	A abordagem utilizada é quali-quantitativa, feita por meio da validação das informações inseridas pelos órgãos e entidades do Poder Executivo Federal no Sistema de Transparência Ativa (STA), utilizando como critério a conformidade com o arcabouço legal que rege o tema.
FONTE	Todo corpo normativo vigente aplicável ao cumprimento das obrigações de transparência ativa pelos órgãos e entidades do Poder Executivo Federal cadastrados no e-SIC, conforme apresentado no item “Legislação Aplicada”, abaixo.
PERÍODO	A avaliação do cumprimento das obrigações de Transparência Ativa pelos órgãos e entidades do Poder Executivo Federal é realizada todas as vezes que o órgão inserir e/ou alterar informações no STA.

		
CUMPRE	<ol style="list-style-type: none">1. O órgão/entidade disponibiliza as informações em seu site oficial, no menu acesso à informação, posicionado no primeiro nível da página oficial e no submenu pertinente, de maneira integral e atualizada, e informa, no STA, o link exato de onde as mesmas se encontram.	
CUMPRE PARCIALMENTE	<ol style="list-style-type: none">1. O órgão/entidade disponibiliza as informações em seu site oficial, no menu acesso à informação, posicionado no primeiro nível da página oficial e no submenu pertinente, de maneira integral e atualizada, mas não informa o link adequadamente no STA (link quebrado ou que direciona para o local incorreto).2. O órgão/entidade disponibiliza as informações em seu site oficial, no menu acesso à informação, posicionado no primeiro nível da página oficial e no submenu pertinente e informa, no STA, link direto de onde estão disponibilizadas as informações, mas que foram prestadas apenas parcialmente.	
NÃO CUMPRE	<ol style="list-style-type: none">1. O órgão/entidade não disponibiliza sua página oficial no domínio adequado (.gov.br).2. O menu 'Acesso à Informação' não está posicionado em primeiro nível na página oficial do órgão.3. O órgão/entidade não disponibiliza as informações em seu site oficial ou estão totalmente desatualizadas.4. O órgão/entidade disponibiliza as informações fora do menu 'Acesso à Informação' e/ou do submenu adequado.5. O órgão/entidade não disponibiliza links obrigatórios para o Portal da Transparência e/ou demais sistemas estruturantes do Governo Federal.6. O órgão/entidade não preencheu o STA, independentemente de ter as informações publicadas adequadamente em seu site.	
		

RELATÓRIO DO EVENTO DIÁLOGOS EM CONTROLE SOCIAL

The image displays two screenshots from the Fala.BR platform. The top screenshot shows a 'Formulário de Verificação - CGU - Controladoria-Geral da União' with two questions regarding organizational structure and competencies. The bottom screenshot shows a dashboard for 'PAINEL LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO' with various navigation tabs and a 'TRANSPARÊNCIA ATIVA' section.

Formulário de Verificação - CGU - Controladoria-Geral da União

INSTITUCIONAL

1. O órgão ou entidade divulga sua estrutura organizacional (organograma) até o 4º nível hierárquico?

Resposta: Sim
URL: <https://www.gov.br/cgu/gt-br/acao-a-informacao/institucional/historico/competencias-e-organograma>
Observação:
Data de atualização: 28/05/2020

Cumprir Não Cumprir Cumprir Parcialmente
Observação CGU:
Status: Cumprir
Data da avaliação: 08/06/2020

2. O órgão ou entidade divulga suas competências até o 4º nível hierárquico?

Resposta: Sim
URL: <https://www.gov.br/cgu/gt-br/acao-a-informacao/institucional/historico/competencias-e-organograma>
Observação:
Data de atualização: 28/05/2020

Cumprir Não Cumprir Cumprir Parcialmente
Observação CGU:
Status: Cumprir
Data da avaliação: 08/06/2020

PAINEL LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO

VISÃO GERAL PEDIDOS SOLICITANTES OMISSÕES RECURSOS **TRANSPARÊNCIA ATIVA**

GOVERNO FEDERAL

Última atualização: 15/10/2020 07:14
Atualização: 15/10/2020 07:14

TRANSPARÊNCIA ATIVA

ITENS DE TRANSPARÊNCIA ATIVA AVALIADOS

AVALIADOS: 13.872 / 14.700
CUMPRIDOS: 6.178
RANKING DE CUMPRIMENTO

44,54% CUMPRIDOS
10,52% CUMPRE PARCIALMENTE
44,95% NÃO CUMPRE

RELATÓRIO DO EVENTO DIÁLOGOS EM CONTROLE SOCIAL



CUMPRIMENTO DE ITENS DE TRANSPARÊNCIA ATIVA ?

Classificação	Órgão	Cumpridos
1º	CGU – Controladoria-Geral da União	49
1º	EBSERH - HU-UFPI - Hospital Universitário da Universidade Federal do Piauí	49
1º	IFAL – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Alagoas	49
4º	EBSERH - HU-UFJF - Hospital Universitário de Juiz de Fora	48
4º	EBSERH - HU-UFMA - Hospital Universitário da Universidade Federal do Maranhão	48



RELATÓRIO DO EVENTO DIÁLOGOS EM CONTROLE SOCIAL



RELATÓRIO DO EVENTO DIÁLOGOS EM CONTROLE SOCIAL

Live 3 - Ações de Segurança Alimentar e Nutricional: Estado e Sociedade. Jean Pierre T. Câmara.



DIÁLOGOS
em
Controle Social

Jean Pierre T. Câmara
Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional - CONSEA/RN
CPCE – Comissão de Presidentes de CONSEAs Estaduais
SISAN Universidades (UFRPE – UFPE – UFRN)
Serviço de Assistência Rural e Urbano – SAR
21/10/220



o que é Segurança Alimentar e Nutricional?

*“a Segurança Alimentar e Nutricional consiste na realização do **direito** de todos ao **acesso regular e permanente** a alimentos de **qualidade**, em **quantidade suficiente**, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente **sustentáveis**”.*

Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional - 15 de setembro de 2006.

RELATÓRIO DO EVENTO DIÁLOGOS EM CONTROLE SOCIAL

Art. 6º da Constituição Federal

✓ São direitos sociais a educação, a saúde, a **alimentação**, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.



- ✓ Sistema Público Intersetorial e Participativo
- ✓ Construído com ampla participação social
- ✓ Formular e implementar políticas e planos de SAN
- ✓ Estimular a integração de esforços entre governo e sociedade civil
- ✓ Promover o acompanhamento, o monitoramento e a avaliação de SAN no Brasil

Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional - 15 de setembro de 2006

RELATÓRIO DO EVENTO DIÁLOGOS EM CONTROLE SOCIAL

Um conceito e sistema em disputa...

- ▶ Em 2003 é reconstituído o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA)
- ▶ Em 2006 foi aprovada a Lei Orgânica da Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN) e criado o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN).
- ▶ 5 Conferências Nacionais já realizadas, como as mais relevantes instâncias na definição de diretrizes e prioridades.
- ▶ Em 2010 – **Alimentação como Direito Humano na CF**
- ▶ **Adesão dos 27 Estados** e vários municípios ao SISAN
- ▶ 2 Plano Nacionais de Seguranças Alimentar e Nutricional e vários estaduais criam seus planos à luz do nacional.
- ▶ Em 2019 - **extinção arbitrária do CONSEA** e a inoperância da Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional (CAISAN), bem como foi interrompido o diálogo com a sociedade civil e comprometidas as condições de realização da 6ª Conferência Nacional.
- ▶ Apesar das instâncias nacional, os **Conseas estaduais e municipais seguem ativos** no processo institucional, realizando suas conferências.
- ▶ Por outro lado movimentos sociais, do campo e da cidade, resistem e se manifestam em processos nacionais de mobilização.
- ▶ A **Conferência popular de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (CPSSAN)** é uma resposta da sociedade civil à tentativa de desmantelamento do sistema e das políticas de SAN.

SISAN

SISTEMA NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

CAISAN

CÂMARA INTERMINISTERIAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

CONSEA

Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional



Conjuntura...

- ▶ **Desmantelamento dos sistemas de proteção social e das políticas públicas**, sobretudo os destinados à agricultura familiar e camponesa, povos indígenas e aos povos e comunidades tradicionais (PCTs)...
- ▶ Instrumentos importantes de enfrentamento as desigualdades como o **Consea (Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional) foi extinto**.
- ▶ A **participação social em conselhos e comissões** em diferentes áreas **foi severamente modificadas**, com a extinção de instâncias ou limitação de funções e condições de funcionamento (Medida Provisória 870). Exemplo: Conselho Nacional do Meio Ambiente.
- ▶ **Acentua-se o poder das corporações** e do agronegócio, a liberação de registros de agrotóxicos nocivos à saúde humana e ao meio ambiente...

DIREITOS GARANTIDOS ATÉ A ÚLTIMA GARFADA
BANILETAÇO
CONSTITUÍDO EM 1994



Vozes do Território
por direito e soberania alimentar

RELATÓRIO DO EVENTO DIÁLOGOS EM CONTROLE SOCIAL

PPA 2020-2023

- ▶ Política social é tratada de maneira genérica, sem menções a ações que possam reduzir desigualdades
- ▶ Invisibilidade de mulheres, população negras, povos indígenas, povos e comunidades tradicionais
- ▶ Meio ambiente reduzido a programa de produção agrícola “sustentável”(96% dos recursos)

TABELA 1

PPA 2020-2023 por Eixos²

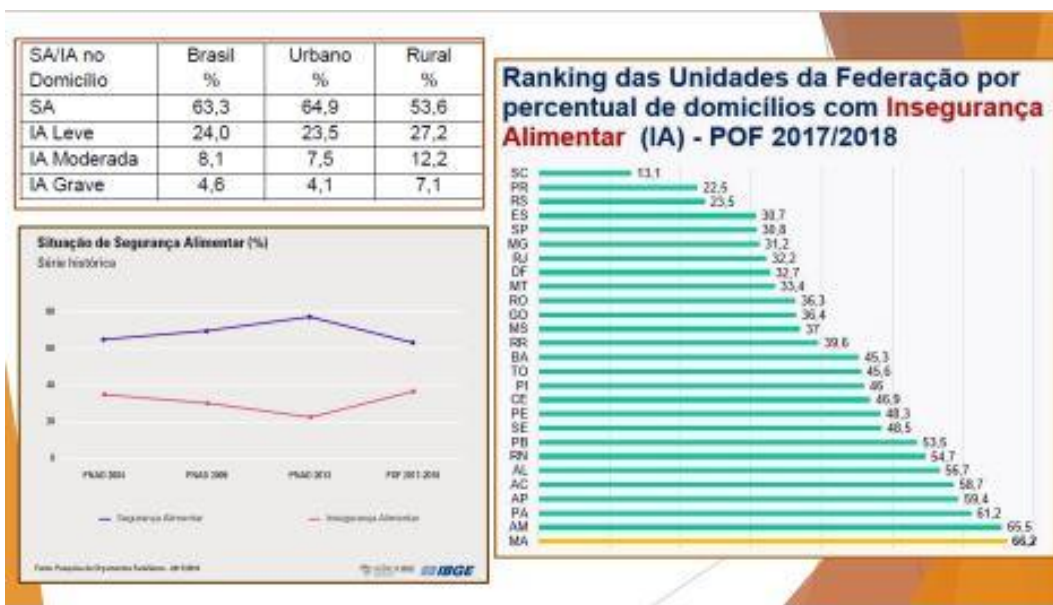
Eixos	Valor (em milhões de reais)	% do total de recursos
Econômico	4.465.891,96	65,6
Social	1.763.180,68	25,9
Infraestrutura	384.189,26	5,6
Ambiental	139.857,97	2,1
Estratégia de Defesa	39.436,80	0,6
Institucional	10.210,56	0,2
Total	6.802.767,22	100,0

Fonte: Mensagem Presidencial PPA 2020-2023
Elaboração: Inesc.

Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) de 2017-2018 - Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA), IBGE, Setembro 2020.

- ▶ **2004 e 2013** - políticas públicas que resultaram no aumento da **capacidade das famílias de acesso aos alimentos** e, conseqüentemente, redução significativa da IA e da fome. A **POF 2017-2018 mostram inversão desse caminho**, com redução da segurança alimentar em 2018 para valores inferiores aos de 2004. **Em 5 anos retroagimos 15 anos (2018-2003).**
- ▶ A POF 2017-2018 avaliou 68,9 milhões de domicílios **no Brasil**, **36,7% estavam com algum grau de insegurança alimentar**, atingindo 84,9 milhões de pessoas.
- ▶ Dos 36,1% dos domicílios que estavam em insegurança alimentar (IA) 24% era IA leve, 8,1 % IA moderada e 4,6% em IA grave.
- ▶ **Metade das crianças menores de cinco anos do país** (ou 6,5 milhões de crianças nessa faixa etária) viviam em domicílios com algum grau de insegurança alimentar. Maior vulnerabilidade - em domicílios chefiados por mulheres e pessoas autodeclaradas de cor preta ou parda, famílias numerosas.
- ▶ **As desigualdades regiões são imensas.** Menos da metade dos domicílios do Norte (43,0%) e Nordeste (49,7%) tinham acesso pleno e regular aos alimentos.

RELATÓRIO DO EVENTO DIÁLOGOS EM CONTROLE SOCIAL



Impactos da pandemia da Covid-19 agravou as estruturais de fome.

- Em 2012, o recurso do Programa Bolsa Família chegava a 15,9% das famílias brasileiras, essa proporção **cai para 13,7% das famílias em 2018**.
- **Aumento da fila do Bolsa Família.** Em 2019, o programa chegou a ter uma fila estimada em mais de 1 milhão de famílias que estavam aptas a receber o benefício, mas não eram incluídas pelo governo
- **Redução de orçamentos para políticas importantes** com o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), Programa de Cisternas no Semiárido, entre outros agrava a insegurança alimentar no país
- A Organização Internacional do Trabalho (OIT) estimou que até **25 milhões de pessoas poderão perder seus empregos no mundo**, fora as que hoje já estão desempregadas e causar uma perda de renda entre US\$ 860 bilhões e US\$ 3,4 trilhões.
- Essa é uma perspectiva especialmente preocupante no Brasil, em que, segundo o IBGE, **39,9% da força de trabalho está na informalidade**.



Um olhar para o SISAN nos Estados...



Agendas de incidência

- ▶ 27 CONSEAs Estaduais – todos com adesão ao SISAN, mas sem referência nacional, uma perda profunda no processo de articulação com os Conselhos estaduais e municipais quanto aos processos de formulação, monitoramento e avaliação das políticas e planos, estabelecendo diretrizes e prioridades para o controle social e promovendo a articulação da sociedade civil com os governos.
- ▶ Conferências Estaduais - 12 Estados realizaram em 2019 e 08 agendadas para 2020.
- ▶ Expansão de programas de **transferência de renda e seguridade social** de acesso à alimentação.
- ▶ Adequação das estratégias de continuidade do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).
- ▶ Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)
- ▶ Continuidade, ampliação e adequação da distribuição de alimentos pelos **Equipamentos de Segurança Alimentar e Nutricional e Cestas de Alimentos**.
- ▶ Promoção da **sinergia entre os sistemas públicos, especialmente SUS – SUAS e o SISAN**
- ▶ Adoção de medidas para a garantia do **abastecimento alimentar**
- ▶ Garantia de políticas de emergência para a agricultura familiar e pescadores/as artesanais.
- ▶ Retomada imediata do Programa de **Cisternas no Semiárido**
- ▶ Garantia de políticas de proteção e defesa do direito à alimentação e à saúde de povos **índigenas, povos e comunidades tradicionais, população negra e afro-brasileira**.
- ▶ **Fortalecimento do SISAN**
- ▶ Ações e **Campanhas de Solidariedade**
- ▶ Criação de **Comitês Estaduais** para enfrentamento a fome



RELATÓRIO DO EVENTO DIÁLOGOS EM CONTROLE SOCIAL

É preciso refletir!

- ✓ Há produção de alimentos suficientes para suprir a necessidade da população?
- ✓ **A população consegue adquirir alimentos para garantir a SAN?**
- ✓ Há variabilidade de alimentos, de boa qualidade nutricional e seguros para acabar com a fome e todas as formas de carencias nutricionais?
- ✓ Há programas que favoreçam o desenvolvimento rural e a fixação do homem e da mulher na zona rural?
- ✓ Quais espaços de participação existem no seu município ou estado que pautam essas questões? Se existem, você conhece e participa?
- ✓ **Como fortalecer a nossa participação nas decisões do nosso município?**
- ✓ O que possível fazer para fortalecer a atuação nos conselhos municipais?
- ✓ **Você conhece e acessa os portais de transparência do seu município, estados ou governo federal?**



RELATÓRIO DO EVENTO DIÁLOGOS EM CONTROLE SOCIAL

"É preciso ter esperança, mas ter esperança do verbo esperar;
porque tem gente que tem esperança do verbo esperar.

E esperança do verbo esperar não é esperança,
é espera.

Esperançar é se levantar,
esperançar é ir atrás,
esperançar é construir,
esperançar é não desistir!
Esperançar é levar adiante,
esperançar é juntar-se com outros para fazer
de outro modo..."



Paulo Freire